

## A língua portuguesa em evolução: os Acordos Ortográficos

**Lola Geraldês Xavier**

Escola Superior de Educação de Coimbra

### Resumo

A 16 de Maio de 2008, foi discutido e votado na Assembleia da República um protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico que permite que entre em vigor com as ratificações de apenas três países. Neste momento, com Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé passam a ser quatro os países que já ratificaram o Acordo. O Acordo Ortográfico de que se fala é o de 1990. A polémica a favor e contra este Acordo tem sido significativa. Mas para se tomar uma posição é conveniente que se conheça as alterações que este Acordo Ortográfico propõe.

Neste sentido, é nosso objectivo apresentar, aqui, uma perspectiva histórica dos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa e destacar, com base no texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), as alterações previstas, que já começaram a entrar em vigor no Brasil, no primeiro dia deste ano, em período de transição, até à aplicação integral, no final de 2012, prevê-se que, em Portugal, tais alterações entrem em vigor até 2014.

### Palavras-chave

Acordo Ortográfico; alterações ortográficas, acentuação, consoantes duplas, facultatividades.

Haverá facções contra e a favor, mas não é tanto importante como a língua se apresenta, mas o que diz, o que propõe.

José Saramago

A palavra ‘ortografia’ vem do grego, «orthós» e «graphos». «Orthós» quer dizer “correcta” e «graphos» quer dizer “escrita”, logo, quando falamos de ortografia referimo-nos à escrita correcta, ou a que ensina a escrever correctamente.

A ortografia é, no entanto, artificial, convencional, imposta, ao contrário da língua oral que é natural. A escrita alfabética é uma tentativa de representação gráfica da língua falada. Como nenhuma ortografia consegue reproduzir a fala com fidelidade e logo aqui começam os problemas. A importância da língua falada para o estudo científico está principalmente no facto de ser nessa língua falada que ocorrem as mudanças e as variações que vão transformando a língua e que se não forem tidas em conta pela ortografia permite-se um fosso entre as duas vertentes: escrita e oral. Porém, nem todas as variações provocadas na língua falada podem ser tidas em conta, geralmente tem-se em consideração a norma padrão em que ocorrem e a sedimentação/aceitação pelos falantes dessa variação. Não é, contudo, pacífica a convivência entre estas duas variáveis, sobretudo quando a etimologia perde terreno na actualização da língua falada. Passar de um sistema etimológico, de acordo com a origem das palavras, para um sistema de ortografia baseado na fonética não é consensual. É este o maior problema da redacção/aceitação de um Acordo Ortográfico, a dialéctica entre o peso da etimologia, com toda a história linguística que carrega, e o peso da actualização da língua falada no quotidiano.

## I.

A questão dos Acordos Ortográficos de língua portuguesa não é, por isso, recente. Vejamos uma breve cronologia das reformas ortográficas efectuadas na língua portuguesa.

Do século XVI até ao século XX, em Portugal e no Brasil a escrita praticada era de cariz etimológico (procurava-se a raiz latina ou grega para escrever as palavras).

Em 1907, a Academia Brasileira de Letras começa a simplificar a escrita nas suas publicações. Em 1910, com a Implantação da República em Portugal, foi nomeada uma Comissão para estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme de modo a ser usada nas publicações oficiais e no ensino. Um ano depois, dá-se a Primeira Reforma Ortográfica, com esse objectivo de uniformizar e simplificar a escrita de algumas formas gráficas, mas que não foi extensiva ao Brasil.

Em 1915, a Academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a ortografia com a portuguesa, e em 1919 revoga a sua resolução de 1915.

Em 1924, A Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começaram a procurar uma grafia comum. No entanto, a Academia Brasileira de Letras antecipa-se e lança um novo sistema gráfico em 1929.

Em 1931, foi aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre o Brasil e Portugal, que visava suprimir as diferenças, unificar e simplificar a língua portuguesa. No entanto não foi posto em prática. Em 1938, foram sanadas as dúvidas quanto à acentuação de palavras e em 1943 foi redigido na primeira Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal o Formulário Ortográfico de 1943.

Finalmente, em 1945, temos um Acordo Ortográfico que se tornou lei em Portugal,

mas que no Brasil não foi ratificado pelo Governo. Os brasileiros continuaram a regular-se pela ortografia anterior do Vocabulário de 1943.

Só em 1971 foram promulgadas alterações no Brasil, reduzindo as divergências ortográficas com Portugal. Em Portugal, no ano de 1973, foram promulgadas alterações, reduzindo as divergências ortográficas com o Brasil, mormente ao que à acentuação diz respeito.

Em 1975, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram um novo projecto de Acordo que não foi aprovado oficialmente.

Finalmente, em 1986, o presidente do Brasil, José Sarney, promoveu no Rio de Janeiro um encontro dos sete países de língua portuguesa, na altura Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Aí, foi apresentado o Memorando Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Assistiu-se a muitas críticas e observações de linguistas e de intelectuais, no geral, e em 1990, a Academia das Ciências de Lisboa convocou novo encontro juntando uma Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Daqui resultou que as duas Academias elaboram a base do «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». O documento entraria em vigor (de acordo com o 3º artigo do mesmo) no dia «1 de Janeiro de 1994, após depositados todos os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo português». Em 1996, esta condição verifica-se apenas em relação a Portugal, Brasil, e Cabo Verde. Dado o impasse que se verificava, em 2004, os ministros da Educação da CPLP reuniram-se em Fortaleza, no Brasil, para propor a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, mesmo sem a ratificação de todos os membros.

Finalmente, a 16 de Maio de 2008, foi discutido e votado na Assembleia da República um protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico que permite que ele entre em vigor com as ratificações de apenas três países e não dos actuais oito signatários.

## II.

São várias as alterações deste Acordo. Elas centram-se sobretudo nas consoantes mudas ou não articuladas, no sistema de acentuação gráfica, especialmente das esdrúxulas, e na hifenização.

Privilegiou-se o critério fonético, da pronúncia, em detrimento do critério etimológico. É com base neste critério que se justifica a maioria das facultatividades apresentadas.

A supressão das consoantes mudas afecta «0,54% do vocabulário geral da língua» (ponto 4.1.), ainda que sejam vocábulos de uso frequente. O número de palavras abrangidas pela dupla grafia «é de cerca de 0,5% do vocabulário geral da língua» (ponto 4.1). Em relação às facultatividades permitidas para a acentuação, por exemplo, explica-se que se optou «por fixar a dupla acentuação gráfica como a solução menos onerosa para a unificação ortográfica da língua portuguesa» (ponto 5.2.4).

Falta, no entanto, criar o Vocabulário Ortográfico Comum «tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas» para que algumas alterações previstas pelo Acordo se tornem mais claras. Os brasileiros prometem uma versão para Fevereiro de 2009. Mas este

trabalho não deveria ser o resultado de uma equipa plurinacional, que englobasse elementos representativos de cada um dos países de língua portuguesa?

Há, neste momento, órgãos de imprensa que começam já a usar a ortografia proposta pelo Acordo em convivência com a ortografia que tem vigorado até aqui. É, pois, inevitável, o Acordo Ortográfico de 1990 começa a entrar em vigor, independentemente das críticas<sup>1</sup> e desconfianças que possa continuar a levantar.

O nosso objectivo principal neste breve artigo é destacar as alterações previstas pelo Acordo Ortográfico de 1990, que passamos a sistematizar.

### 1. Alfabeto

Em relação ao Alfabeto, este passa a ser constituído por 26 letras (Base I), assistindo-se à introdução de: <k>, <w> e <y>.

### 2. Sequências consonânticas

Passam a eliminar-se várias sequências consonânticas quando são mudas «nas pronúncias cultas da língua» (Base IV, b)). É o caso de:

- <cc> passa a <c>: acionar
- <cç> passa a <ç>: ação, coleção, direção, objeção
- <ct> passa a <t>: afetivo, ato, coletivo, diretor, exato
- <pt> passa a <t>: adotar, batizar, Egito, ótimo

### 3. Acentuação

No que diz respeito à acentuação das formas verbais (Base IX, artigo 7º), prescindem-se de acento circunflexo em:

- Eles creem
- Eles deem (conjuntivo)
- Eles descreem (conjuntivo)
- Eles desdeem (conjuntivo)
- Eles leem
- Eles preveem
- Eles redeem (conjuntivo)
- Eles releem
- Eles reveem
- Eles tresleem
- Eles veem

1 O objectivo deste artigo não é enveredar pelas críticas ao Acordo Ortográfico. Já antes tivemos oportunidade de realçar algumas incoerências do Acordo – cf. Xavier, 2008.

O artigo 9º, da Base IX, refere-se à acentuação das palavras paroxítonas. Assim, deixam de distinguir-se pelo acento gráfico:

- para (v.) / para (prep.)
- pela(s) (v.) / pela(s) (prep. + art.)
- pelos (n.) / pelos (prep. + art.)
- polo(s) (n.) / polo(s) (por+lo(s) pop.)

No que concerne a acentuação das palavras paroxítonas, o artigo 3.º, da Base IX, explicita que não se acentuam graficamente, por exemplo:

- alcaloide
- Azoia
- boia
- heroico
- introito
- jiboia
- paranoico

Por sua vez, há igualmente formas verbais que prescindem de acento agudo (Base X, artigo 7º). É o caso dos verbos redarguir e arguir, passando a escrever-se «Auguo», «arguis» (e não «argúis»), «argui» (e não «argúí»), «arguímos», «arguis», «arguem» (e não «argúem»).

#### 4. Hífen

Em relação ao Hífen, deixa de se empregar (Base XV, artigo 6º) na locução: «fim de semana».

Por sua vez, a Base XVI vem simplificar a utilização do hífen nas formações por prefixação. Pode resumir-se no quadro seguinte as alterações propostas:

Não se emprega o hífen nas formações com prefixos:			Excepções:
. aero-	. geo-	. pan-	A) Quando o segundo elemento começa por <-h->: . anti-higiénico/anti-higiênico; co-herdeiro; extra-humano; pré-história; geo-história; semi-hospitalar, etc.  B) Quando o prefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: . anti-ibérico; contra-almirante; supra-auricular; micro-onda; semi-interno, etc.  Nota: nas formações com prefixo <co-> mantém-se a aglutinação: coobrigação; coocupante; coordenar; cooperação, etc.
. agro-	. hidro-	. pluri-	
. ante-	. hiper-	. pós-	
. anti-	. infra-	. pré-	
. arquí-	. inter-	. pró-	
. auto-	. intra-	. proto-	
. bio-	. macro-	. pseudo-	
. circum-	. maxi-	. retro-	
. co-	. micro-	. semi-	
. contra-	. mini-	. sobre-	
. eletro-	. multi-	. sub-	
. entre-	. neo-	. super-	
. extra-		. supra-	
		. tele-	
		. ultra-	

O hífen não se emprega também quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por <-r> ou <-s> (Base XVI, artigo 2º, a):

- antirreligioso
- antissemita
- contrassenha
- cosseno
- extrarregular
- infrassom
- minissaia
- biorritmo
- biossatélite

O hífen não se emprega igualmente nas formações em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente (Base XVI, artigo 2º, b):

- extraescolar
- autoestrada
- autoaprendizagem
- agroindustrial

Do mesmo modo, o hífen não se emprega com o verbo haver (Base XVII, artigo 2º) nas ligações da preposição <de> às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo haver, assim:

- hei de, hás de, hão de, etc.

## 5. Uso das minúsculas iniciais

Segundo a Base XIX, artigo 1º, b) e d), passa a grafar-se com minúsculas os meses e estações do ano – *outubro, primavera* – bem como os usos de: *fulano, sicrano, beltrano*.

## 6. FACULTATIVIDADES

### a) Consoantes duplas

Passa a grafar-se de forma facultativa as consoantes duplas (Base IV, artigo 1º, c)). Assim, conservam-se ou eliminam-se:

- <çç>: dicção/diçção
- <ct>: aspecto/aspeto; cacto/cato; caracteres/carateres; facto/fato; sector/setor
- <pç>: concepção/conceçção; recepção/receçção
- <pt>: cepto/cetro; corrupto/corruto
- Do mesmo modo, permite-se a facultatividade entre consoantes duplas (Base IV, artigo 1º, d)):
- <mpc>/<nc>: assumpcionista/assuncionista
- <mpç>/<ncç>: assumpção/assunção
- <mpt>/<nt>: assumptível/assuntível; peremptório/perentório; sumptuoso/

suntuoso; sumptuosidade/suntuosidade.

Ainda em relação às consoantes duplas o artigo 2º, da Base IV, permite as seguintes simultaneidades:

- <bd>: súbdito/súdito
- <bt>: sutil/sutil
- <gd>: amígdala/amídala; amígdalite/amídalite
- <mn>: amnistia/anistia; indenne/indene; indemnizar/indenizar; onnipotente/onipotente; onisciente/onisciente.
- <tm>: aritmética/arimética.

## b) Acentuação

No que diz respeito à acentuação das palavras oxítonas, são permitidas as seguintes facultatividades (Base VIII):

- bebé/bebê
- bidé/bidê
- canapé/canapê
- caraté/caratê
- croché/crochê
- guiché/guichê
- matiné/matinê
- puré/purê
- cocó/cocô
- judo/judô
- metro/metrô

Porsuavez, acentuação das palavras paroxítonas passa a admitir a seguinte dupla grafia (Base IX, artigo 2º):

- sémen/sêmen
- xénon/xênon
- fémur/fêmur
- Fénix/Fênix
- ónix/ônix
- pónei/pônei
- pénis/pênis
- ténis/tênis
- bónus/bônus
- ónus/ônus
- Vénus/Vênus

A acentuação das palavras proparoxítonas far-se-á, de acordo com a Base XI, artigo 3º, da seguinte forma, oscilando entre o acento agudo e o acento circunflexo:

- acadêmico/acadêmico

- anatómico/anatômico
- cénico/cênico
- cómodo/cômodo
- fenómeno/fenômeno
- género/gênero
- topónimo/topônimo
- Amazônia/Amazônia
- António/Antônio
- blasfémia/blasfêmia
- fêmea/fêmea
- gémeo/gêmeo
- génio/gênio
- ténue/tênu

No que concerne a acentuação das formas verbais de pretérito perfeito do indicativo (Base IX, artigo 4.º), passa a ser possível:

- amamos/amámos
- louvamos/louvámos

Ainda no que respeita à acentuação de formas verbais, o artigo 7º, da Base X, permite que se verifiquem dois paradigmas (no presente do indicativo e do conjuntivo) para as formas verbais de *aguar*, *apaniguar*, *apaziguar*, *apropinquare*, *desaguar*, *enxaguar*, *obliquar*, *delinquir*, *averiguar*. Assim, passa a grafar-se indistintamente:

- Averiguo/averíguo, averiguas/averíguas, averigua/averígua, averiguam/averíguam
- Enxaguo/enxáguo, enxaguas/enxáguas, enxagua/ enxágua, enxaguam/enxáguam
- Averigue/averígue, averigues/averígues, averigue/averígue, averiguem/averíguem.
- Enxague/enxágue, enxagues/enxágues, enxague/ enxágue, enxaguem/enxáguem.

### c) Uso de maiúsculas e minúsculas

Por sua vez, também se admitem oscilações no uso das minúsculas e das maiúsculas (Base XIX, artigo 1º, f)), sobretudo no que diz respeito às formas de tratamento cortês ou indicativos de cargo e designações de nomes sagrados:

- senhor doutor Joaquim da Silva
- bacharel Mário Abrantes
- cardeal Bembo
- santa Filomena/Santa Filomena

Esta facultatividade de minúsculas e maiúsculas estende-se a nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (Base XIX, artigo 1º, g)):

- português/Português
- matemática/Matemática
- línguas e literaturas modernas/Línguas e Literaturas Modernas.

Também a categorização de logradouros público, templos, edifícios pode ser grafada com recurso a minúsculas ou maiúsculas (Base XIX, artigo 2º, i)), é o caso de:

- rua/Rua da Liberdade
- largo/Largo dos Leões
- igreja/Igreja do Bonfim
- templo/Templo do Apostolado Positivista
- palácio/Palácio da Cultura
- edifício/Edifício Azevedo Cunha

## 7. Implicações do Acordo Ortográfico no Brasil

As implicações do Acordo Ortográfico fazem-se sentir, sobretudo, em Portugal e no Brasil. A este nível faltam estudos sobre os restantes países de língua portuguesa.

No que diz respeito, às implicações no português do Brasil, destaque-se a queda de acento (Base IX) nas terminações <-oo> e <-eia>, bem como nas terminações em <-eico>:

- voo (artigo 1º e 8º)
- enjojo(artigo 1º)
- ideia (artigo 3º)
- assembleia (artigo 3º)
- Epopeico (artigo 8º)
- Proteico (artigo 8º)

Por sua vez, o trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido (Base XIV), à exceção dos derivados de nomes próprios estrangeiros. Assim, passa a escrever-se como no Português europeu: «arguido», «bilingue», «consequência», «exequível».

## Bibliografia

- AA. VV. (2008). *Acordo ortográfico – guia prático*, Porto: Porto Editora.
- Casteleiro, J. M. & Correia, P. D. (2008). *Atual – o novo acordo ortográfico*. Lisboa: Texto Editores.
- Castro, I. *et al.* (1987). *A demanda da ortografia portuguesa*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Estrela, E. (1993). *A questão ortográfica — reforma e acordos da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Janssen, M. (Org.) (2008). *Ortografia em mudança. Vocabulário. As palavras que mudam com o acordo ortográfico*. Lisboa: Editorial Caminho.

Lima, I. P. de (2008). Em favor da revisão do acordo ortográfico: três ordens de razões “culturais”. *Diário de Notícias*, 2 de Junho.

Moura, V. G. (2008). *Acordo ortográfico: a perspectiva do desastre*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Reis, C. (2008). Razões do acordo ou o destino do português. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 12 de Março.

Xavier, L. G. (2008). O acordo ortográfico de língua portuguesa: entre o conservadorismo e a inovação. *Estudios Portugueses. Revista de Filología Portuguesa*, 2007/7, 63-72.

<http://www.flip.pt/AcordoOrtografico/Introdução/tabid/514/Default.aspx>

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=acordo>